



COMANDO DA AERONAUTICA

FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Asas que protegem o País

RELATÓRIO CONTÁBIL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO 2023

VOCÊ SABE A **FORÇA** QUE TEM?



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA
SUBDIRETORIA DE CONTABILIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
COMANDO DA AERONÁUTICA

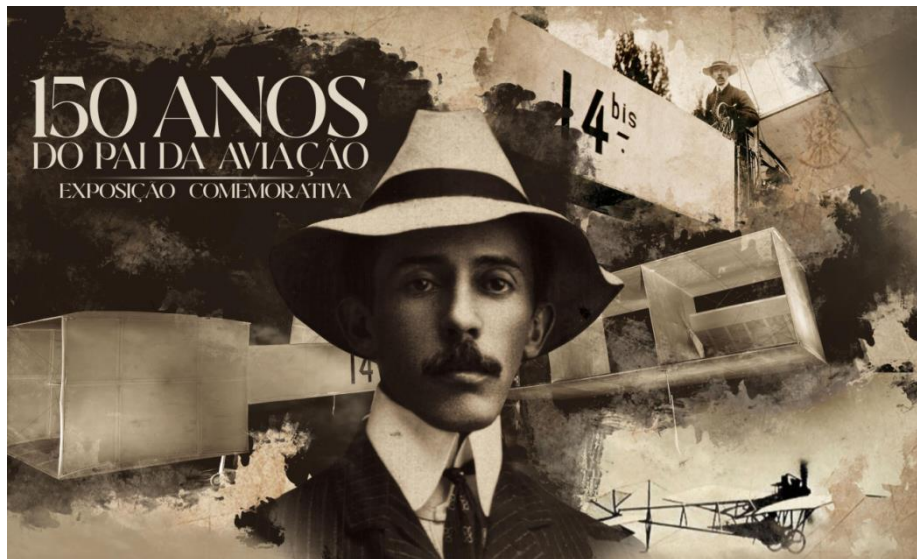
Brasília-DF
4º Trimestre de 2023

DIRETOR DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

Major-Brigadeiro do Ar Edson Fernando da Costa **Guimarães**

SUBDIRETOR DE CONTABILIDADE

Brigadeiro Intendente **Antenor** José Santos Margotto



EQUIPE TÉCNICA

Marcelo **Guimarães** de Oliveira – Coronel Intendente
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis

Lucas **Coelho** Marinho Almeida – 1º Tenente QOAP CCO
Contador responsável

Monique Michele de Santana Ferreira – 2º Tenente QOCON CCO
Contadora responsável substituta

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	5
APRESENTAÇÃO	6
DECLARAÇÃO DO CONTADOR	8
Balanço Patrimonial	9
Demonstração das Variações Patrimoniais	11
Balanço Orçamentário.....	12
Balanço Financeiro	15
Demonstração dos Fluxos de Caixa	17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	18
Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	19
Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	19
1. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	21
2. Créditos a Curto Prazo	22
3. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	23
4. Estoques	23
5. Ativo Realizável a Longo Prazo	24
6. Imobilizado	25
7. Intangível	27
8. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais.....	27
9. Empréstimos e Financiamentos	28
10. Fornecedores a Pagar	28
11. Demais Obrigações a Curto Prazo	29
12. Provisões Militares.....	29
13. Demais Obrigações a Longo Prazo.....	37
14. Ajustes de Avaliação Patrimonial	37
15. Demais Reservas	39
16. Obrigações Contratuais	39
17. Resultado Patrimonial do Exercício.....	40
18. Execução Orçamentária da Receita.....	41
19. Execução Orçamentária da Despesa	42
20. Resultado Financeiro do Exercício	43
21. Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa.....	43
22. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	44

LISTA DE SIGLAS

AH	Análise Horizontal
ARLP	Ativo Realizável a Longo Prazo
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CASNAV	Centro de Análises de Sistemas Navais
CEF	Caixa Econômica Federal
CFIAe	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COMAER	Comando da Aeronáutica
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DCON	Demonstrações Contábeis
DIREF	Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
FAB	Força Aérea Brasileira
FCVS	Fundo de Compensação de Variação Salarial
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MB	Marinha do Brasil
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PUC	Crédito Unitário Projetado
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
SEFA	Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SISCONTAER	Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUCONT	Subdiretoria de Contabilidade da Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica
TCU	Tribunal de Contas da União
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva

APRESENTAÇÃO

A Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica - DIREF, por intermédio da Subdiretoria de Contabilidade - SUCONT, é responsável pela análise e avaliação das Demonstrações Contábeis do Comando da Aeronáutica (DCON), as quais são constituídas pelo Balanço Patrimonial, pelo Balanço Orçamentário, pelo Balanço Financeiro, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) – e Notas Explicativas.

As DCON foram emitidas em nível de consolidação de Órgão Superior, com a integração dos saldos das contas dos Órgãos Comando da Aeronáutica - COMAER, do Fundo Aeronáutico - FAER e da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe.

O Órgão Comando da Aeronáutica é representado pelas Unidades Gestoras Executoras pertencentes à estrutura administrativa do Comando da Aeronáutica, as quais efetuam a execução orçamentária, financeira e patrimonial no SIAFI, com o fito de contribuírem para o cumprimento da missão institucional do COMAER, que é, conforme preconiza a Diretriz do Comando da Aeronáutica - DCA 11-45/2018, “Manter a Soberania do Espaço Aéreo e integrar o território nacional, com vistas à Defesa da Pátria”.

O Fundo Aeronáutico, criado pelo Decreto-Lei nº 8.373, de 14 de dezembro de 1945, é um fundo de natureza contábil destinado a auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento da Força Aérea Brasileira e para as realizações ou serviços que se fizerem necessários, no sentido de assegurar o cumprimento eficiente da missão constitucional do COMAER.

A Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica é uma Autarquia Federal de Regime Especial, integrante do Sistema Financeiro de Habitação - SFH e um dos instrumentos do Governo Federal no setor habitacional, vinculada ao Ministério da Defesa por meio do Comando da Aeronáutica, conforme disposto na Lei nº 6.715, de 12 de novembro de 1979 e no Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007, com funções de Agente Financeiro, de Agente Promotor e de Agente Assessor, com a missão de proporcionar aos seus beneficiários o acesso à moradia nas condições legalmente estabelecidas.

Destaca-se que o COMAER, por intermédio da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica - SEFA, bem como da DIREF, atento ao cenário externo e à evolução da Contabilidade Federal, tem atuado de forma ativa nos projetos e processos de mudanças conduzidos pela STN, o que tem permitido a adequada condução dos assuntos relacionados à Contabilidade no âmbito do COMAER.

Nesse sentido, na busca pelo contínuo aprimoramento das atividades de Contabilidade e diante da obrigação de registrar e evidenciar os atos e os fatos da gestão do patrimônio público sob responsabilidade do COMAER, relacionados às execuções orçamentária e financeira, bem como à administração dos bens patrimoniais, com o objetivo de orientar processos de prestação de contas e a subsidiar processos de tomada de decisão, o Comandante da Aeronáutica aprovou a reedição da Norma do Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica (NSCA) 172-1, por intermédio da Portaria SEFA nº 20/AJUR, 14 de julho de 2023, a qual aprova o Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica (SISCONTAER).

Dessa forma, o COMAER criou instrumento para organizar e disciplinar o funcionamento do SISCONTAER, estabelecendo suas atividades, finalidade, estrutura e competências. O objetivo principal desta Norma é sistematizar o relacionamento entre o Órgão Central, os Órgãos Setoriais, os Executivos e o Supervisionado, no que se refere à orientação normativa, ao suporte técnico, ao monitoramento e controle da execução contábil e à produção de informações gerenciais, respeitada a subordinação hierárquica dos elos envolvidos. Nesse contexto, o ciclo de processos da Contabilidade é integrado pelas atividades de orientação normativa, suporte da execução contábil, monitoramento e controle das execuções orçamentária, financeira e patrimonial, e análise e elaboração de informações gerenciais. Essas atividades têm como foco, em última análise, o usuário da informação contábil.

Ciclos de Processos da Contabilidade no COMAER



Fonte: Norma do Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica 172-1

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2023 do Comando da Aeronáutica, na qualidade de Órgão Superior, considerando, dessa forma, os Órgãos 52111 – Comando da Aeronáutica, 52911 – Fundo Aeronáutico e 52211 – Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2023, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto ao assunto mencionado a seguir:

O ativo imobilizado está superavaliado em um montante estimado de 1,3 bilhão de reais em decorrência de saldos de bens móveis no SIAFI superiores aos saldos em sistema interno de controle individual de bens móveis.

Brasília – DF, 20 de fevereiro de 2024

Lucas Coelho Marinho Almeida 1º Ten QOAP CCO
Contador Responsável – CRC-CE 026707/O-9

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balço Patrimonial

R\$ milhares

ATIVO	NE	2023	2022
Ativo Circulante		23.291.201	21.386.328
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1</u>	12.465.978	11.792.149
Créditos a Curto Prazo	<u>2</u>	72.384	56.781
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		2.229	2.832
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	<u>3</u>	72.092	55.677
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo		-1.937	-1.728
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques	<u>4</u>	10.752.840	9.537.398
Ativos Não Circulante Mantidos para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-
Ativo Não Circulante		145.712.689	139.585.531
Ativo Realizável a Longo Prazo	<u>5</u>	44.360	20.943
Créditos a Longo Prazo		42.742	19.325
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		20.086	19.157
Demais Créditos e Valores		85.590	60.956
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-62.934	-60.788
Estoques		1.618	1.618
Investimentos		-	-
Imobilizado	<u>6</u>	145.223.485	139.194.653
Intangível	<u>7</u>	444.845	369.936
TOTAL DO ATIVO		169.003.890	160.971.860
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante		14.398.461	13.084.071
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	<u>8</u>	1.233.366	1.228.650
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	<u>9</u>	447.453	467.773
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<u>10</u>	119.072	20.005
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo		-	-
Provisões a Curto Prazo		11.934.176	10.655.950
Demais Obrigações a Curto Prazo	<u>11</u>	664.395	711.693
Passivo Não Circulante		196.504.942	199.403.706
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		12.806.874	12.298.628
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo	<u>12</u>	183.694.468	187.101.258
Demais Obrigações a Longo Prazo	<u>13</u>	3.532	3.628
Resultado Diferido		69	193
Total do Passivo		210.903.403	212.487.778
Patrimônio Líquido		-41.899.513	-51.515.918
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	<u>14</u>	-13.241.719	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas	<u>15</u>	20.115.981	24.328
Resultados Acumulados		-48.773.774	-51.540.246
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		169.003.890	160.971.860

Fonte: SIAFI

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

	NE	2023	R\$ milhares 2022
Ativo (I)		169.003.890	160.971.860
Ativo Financeiro		12.465.978	11.792.149
Ativo Permanente		156.537.912	149.179.710
Passivo (I)		213.619.891	215.281.378
Passivo Financeiro		4.202.271	4.231.868
Passivo Permanente	<u>12</u>	209.417.619	211.049.509
Saldo Patrimonial (III = I - II)		44.616.000	54.309.518

Fonte: SIAFI

Quadro de Compensações

	NE	2023	R\$ milhares 2022
Atos Potenciais Ativos		18.629.395	21.145.339
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		8.058.805	8.967.527
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		301.808	361.494
Direitos Contratuais		10.268.782	11.816.318
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-
Atos Potenciais Passivos		44.896.091	47.136.442
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres		1.035.617	358.154
Obrigações Contratuais	<u>16</u>	43.860.474	46.778.289
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-

Fonte: SIAFI

Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

	NE	R\$ milhares 2023
Recursos Ordinários		-527.979
Recursos Vinculados		8.791.686
Educação		-155
Seguridade Social (Exceto Previdência)		59.624
Previdência Social (RPPS)		-
Dívida Pública		-83.835
Alienação de Bens e Direitos		-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		8.816.052
Outros Recursos Vinculados		-
Total das Fontes de Recursos		8.263.707

Fonte: SIAFI

Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$ milhares

	NE	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		153.376.594	262.699.578
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		1.982.695	1.907.159
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		2.618.724	2.269.034
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		4.875.262	8.279.947
Transferências e Delegações Recebidas		135.963.720	220.038.124
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		4.910.579	24.472.225
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.025.614	5.733.088
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		149.123.998	252.626.348
Pessoal e Encargos		8.306.328	8.090.050
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		14.257.294	13.731.417
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		5.649.437	5.379.413
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		4.055.718	5.250.293
Transferências e Delegações Concedidas		112.511.251	193.523.963
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		4.307.681	4.631.414
Tributárias		781	1.854
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		6.792	7.371
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		28.715	22.010.573
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)	17	4.252.596	10.073.230

Fonte: SIAFI

Balço Orçamentário

R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receitas Correntes (I)	<u>18</u>	3.427.939	3.427.939	4.048.373	620.434
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		313.085	313.085	281.770	-31.315
Receita Patrimonial		947.568	947.568	1.278.495	330.926
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		2.088.067	2.088.067	2.363.216	275.149
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		79.219	79.219	124.893	45.674
Receitas de Capital (II)	<u>18</u>	1.214.443	1.214.443	1.069.073	-145.371
Operações de Crédito		1.207.747	1.207.747	1.058.244	-149.503
Alienação de Bens		6.456	6.456	10.590	4.133
Amortização de Empréstimos		240	240	239	-1
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS (IV) = (I + II + III)		4.642.382	4.642.382	5.117.446	475.063
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		4.642.382	4.642.382	5.117.446	475.063
DÉFICIT				25.835.453	25.835.453
TOTAL		4.642.382	4.642.382	30.952.898	26.310.516
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS			807.534	-	-807.534
Superavit Financeiro			50.000	-	-
Excesso de Arrecadação			590	-	-
Créditos Cancelados			756.943	-	-

Fonte: SIAFI

R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	<u>19</u>	26.805.215	27.659.204	27.610.871	26.118.375	24.800.159	48.333
Pessoal e Encargos Sociais		21.543.089	22.037.015	21.915.020	21.915.020	20.755.891	121.995
Juros e Encargos da Dívida		783.658	783.658	424.591	424.591	424.591	359.067
Outras Despesas Correntes		4.478.468	4.838.531	5.271.260	3.778.764	3.619.676	-432.729
DESPESAS DE CAPITAL	<u>19</u>	2.881.394	2.834.939	2.939.427	2.133.005	2.096.897	-104.488
Investimentos		2.613.837	2.566.791	2.931.969	2.129.179	2.093.071	-365.179
Inversões Financeiras		6.964	7.554	7.457	3.826	3.826	97
Amortização da Dívida		260.594	260.594	-	-	-	260.594
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		9.293	9.293	-	-	-	9.293
SUBTOTAL DAS DESPESAS		29.695.902	30.503.436	30.550.298	28.251.380	26.897.056	-46.862
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		402.600	402.600	402.600	402.600	402.600	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		402.600	402.600	402.600	402.600	402.600	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		402.600	402.600	402.600	402.600	402.600	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		30.098.503	30.906.036	30.952.898	28.653.981	27.299.656	-46.862
TOTAL		30.098.503	30.906.036	30.952.898	28.653.981	27.299.656	-46.862

Fonte: SIAFI

Execução dos Restos a Pagar não Processados

R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Inscritos		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESAS CORRENTES		141.190	1.353.025	1.199.479	1.198.269	35.017	260.929
Pessoal e Encargos Sociais		3,2	-	-	-	3	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		141.187	1.353.025	1.199.479	1.198.269	35.014	260.929
DESPESAS DE CAPITAL		52.172	1.156.250	1.034.852	1.032.153	12.352	163.917
Investimentos		51.692	1.153.894	1.032.538	1.029.838	12.060	163.688
Inversões Financeiras		480	2.355	2.314	2.314	292	229
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL		193.363	2.509.275	2.234.331	2.230.422	47.370	424.846

Fonte: SIAFI

Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Inscritos		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESAS CORRENTES		313	1.242.584	1.242.712	185	0
Pessoal e Encargos Sociais		-	1.135.724	1.135.724	0	0
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	0	0
Outras Despesas Correntes		313	106.859	106.987	185	0
DESPESAS DE CAPITAL		-	4.944	4.940	3,8	0
Investimentos		-	4.944	4.940	3,8	0
Inversões Financeiras		-	-	-	0	0
Amortização da Dívida		-	-	-	0	0
TOTAL		313	1.247.528	1.247.652	188	0

Fonte: SIAFI

Balanço Financeiro

R\$ milhares

INGRESSOS			
	NE	2023	2022
Receitas Orçamentárias (I)	<u>18</u>	5.117.446	5.074.853
Ordinárias		135	-
Vinculadas		5.198.265	5.075.584
Seguridade Social (Exceto Previdência)		426.226	337.066
Previdência Social (RPPS)		-	-
Dívida Pública		-	1.560.590
Alienação de Bens e Direitos		-	10.058
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		4.772.032	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			3.167.871
Recursos Não Classificados		7	0
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-80.954	-731
Transferências Financeiras Recebidas (II)		59.533.520	58.666.601
Resultantes da Execução Orçamentária		53.807.012	53.769.636
Repasse Recebido		29.301.681	29.933.671
Sub-repasse Recebido		24.505.331	23.835.965
Independentes da Execução Orçamentária		5.726.508	4.896.965
Recebimentos Extraorçamentários (III)		9.074.390	8.783.635
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.354.325	1.245.654
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		2.298.917	2.596.414
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.434.563	2.945.455
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.986.584	1.996.112
Saldo do Exercício Anterior (IV)		11.792.149	11.405.544
Caixa e Equivalentes de Caixa		11.792.149	11.405.544
TOTAL (V = I + II + III + IV)		85.517.505	83.930.633

Fonte: SIAFI

R\$ milhares

DISPÊNDIOS			
	NE	2023	2022
Despesas Orçamentárias (VI)	<u>19</u>	30.952.898	31.432.405
Ordinárias		21.751.467	19.211.436
Vinculadas		9.201.431	12.220.969
Educação		651	416
Seguridade Social (Exceto Previdência)		3.471.484	6.426.673
Previdência Social (RPPS)		-	-
Dívida Pública		1.417.139	2.508.602
Alienação de Bens e Direitos			7.862
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		4.312.158	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			3.277.416
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		34.955.523	34.519.985
Resultantes da Execução Orçamentária		28.037.558	28.321.031
Independentes da Execução Orçamentária		6.917.965	6.198.955
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		7.143.106	6.186.093
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		1.247.652	1.256.032
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		2.230.422	1.754.995
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.496.779	3.111.704
Outros Pagamentos Extraorçamentários		168.253	63.361
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-	-
Variação Cambial		2.175	25.612
Ajuste Acumulado de Conversão		102.110	37.749
Demais Pagamentos		63.968	
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		12.465.978	11.792.149
Caixa e Equivalentes de Caixa		12.465.978	11.792.149
TOTAL (V = VI + VII + VIII + IX)	20	85.517.505	83.930.633

Fonte: SIAFI

Demonstração dos Fluxos de Caixa

R\$ milhares

	NE	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		3.127.810	2.858.087
Ingressos		69.003.006	67.112.212
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		281.770	273.039
Receita Patrimonial		172.342	166.862
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		2.363.216	2.105.180
Remuneração das Disponibilidades		1.106.152	933.941
Outras Receitas Derivadas e Originárias		124.893	25.022
Transferências Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais		64.954.633	63.608.168
Desembolsos		-65.875.197	-64.254.124
Pessoal e Demais Despesas		-26.465.011	-25.803.251
Juros e Encargos da Dívida		-424.591	-424.450
Transferências Concedidas		-365.040	-331.373
Outros Desembolsos Operacionais		-38.620.554	-37.695.051
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-3.109.624	-3.508.509
Ingressos		10.829	10.220
Alienação de Bens		10.590	9.985
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		239	234
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Desembolsos		-3.120.453	-3.518.728
Aquisição de Ativo Não Circulante		-2.265.833	-2.625.180
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-2.491	-2.627
Outros Desembolsos de Investimentos		-852.130	-890.922
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		655.643	1.037.027
Ingressos		1.058.244	1.560.590
Operações de Crédito		1.058.244	1.560.590
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
Desembolsos		-402.600	-523.563
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-402.600	-523.563
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (IV = I + II + III)	21	673.829	386.606
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		11.792.149	11.405.544
Caixa e Equivalente de Caixa Final		12.465.978	11.792.149

Fonte: SIAFI

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022		-	-	-	-	24.291	44.632.775	-	-	44.657.066
Variação Cambial		-	-	-	-	-3	-137.670	-	-	-137.673
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-106.035.733	-	-	-106.035.733
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	40	-72.848	-	-	-72.808
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	10.073.230	-	-	10.073.230
Saldo Final do Exercício 2022		-	-	-	-	24.328	-51.540.246	-	-	-51.515.918

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023		-	-	-	-	24.328	-51.540.246	-	-	-51.515.918
Variação Cambial		-	-	-	-	-3	-174.092	-	-	-174.095
Ajustes de Exercícios Anteriores	22	-	-	-	-	1.255.952	12.494.425	-	-	13.750.377
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	18.835.704	-13.806.458	-	-	5.029.247
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-13.241.719	-	-13.241.719
Resultado do Exercício	15	-	-	-	-	-	4.252.596	-	-	4.252.596
Saldo Final do Exercício 2023		-	-	-	-	20.115.981	-48.773.774	-13.241.719	-	-41.899.513

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Órgão Superior Comando da Aeronáutica foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI (Macrofunções editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos por dano ao patrimônio, empréstimos e financiamentos concedidos e adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis.

É constituído também pelo ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, o almoxarifado, os materiais em trânsito e os terrenos. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(e) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, em sua grande maioria, os empréstimos e os financiamentos concedidos. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, à amortização ou à exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

As reavaliações são lançadas a partir do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial (SPIUnet), conforme previsto no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.44 – Bens Imóveis e obedecem às disposições de normativo do COMAER baseado na norma NBR 14.653, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como na legislação municipal referente ao assunto, nas resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e nas orientações normativas expedidas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) referentes a matéria.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(h) Depreciação dos bens móveis e imóveis

A vida útil econômica dos bens móveis é estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta 1.2.3.1.0.00.00 - Bens Móveis.

A depreciação é realizada pelo método linear, com as taxas calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30.

Para os bens imóveis, o valor depreciado é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação é iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

(i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do COMAER são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; provisões e demais obrigações.

(j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e seja possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de liquidação, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

O tipo de provisão mais relevante é a Provisão Atuarial de Pensões Militares e Benefícios com Militares Veteranos.

(k) Ajustes de Avaliação patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos às remensurações de provisões atuariais, em decorrência de mudança em premissas do cálculo atuarial, conforme disposto no item 59, letra d, da NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Na conta Caixa e Equivalentes de Caixa se encontram os recursos financeiros para aplicação nas operações da entidade, contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em *Moeda Nacional* e em *Moeda Estrangeira*.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Moeda Nacional	11.113.474	10.343.926	7,44%	89,15%
Moeda Estrangeira	1.352.504	1.448.223	-6,61%	10,85%
Total Geral	12.465.978	11.792.149	5,71%	100,00%

Fonte: SIAFI

Em 31/12/2023, o item mais representativo desse grupo foi *Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional*, apresentando um saldo aproximado de R\$ 11,11 bilhões.

O item *Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional* é composto por aplicações financeiras, recursos do limite de saque da conta única e bancos, conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 2 – Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional – Composição R\$ milhares

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Aplicações Financeiras	9.737.982	8.919.167	9,18%	87,62%
Recursos – Limite de Saque	1.369.893	1.418.968	-3,46%	12,33%
Bancos	5.599	5.792	-3,33%	0,05%
Total Geral	11.113.474	10.343.926	7,44%	100,00%

Fonte: SIAFI

No item analisado, destacam-se, as aplicações financeiras que representam cerca de 88% do montante. As aplicações financeiras são efetuadas e gerenciadas, majoritariamente, pelo Fundo Aeronáutico, conforme legislação: Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, Portaria nº 345 MF, de 29 de dezembro de 1998, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 e Instrução Normativa STN nº 4, de 30 de agosto de 2004, sendo o montante aproximado de 1% aplicado e gerenciado pela CFIAe.

As aplicações financeiras estão concentradas em maior volume no item *CTU – Recursos da Conta Única Aplicados*, como se verifica abaixo:

Tabela 3 – Aplicações Financeiras – Composição R\$ milhares

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
CTU - Recursos da Conta Única Aplicados	4.790.132	7.070.673	-32,25%	49,19%
CDB - Certificados de Depósitos Bancários	3.600.000	750.000	380,00%	36,97%
Poupança	724.101	553.870	30,73%	7,44%
Fundo de Aplicação Financeira	623.749	544.624	14,53%	6,41%
Total Geral	9.737.982	8.919.167	9,18%	100,00%

Fonte: SIAFI

Os valores do item *CTU - Recursos da Conta Única Aplicados* representam o Capital de Giro utilizado pela Setorial Financeira do COMAER para atendimento às demandas das Unidades Gestoras Executoras, nas fontes do Fundo Aeronáutico, sendo uma parcela aproximada de 1,3% aplicada pela CFIAe.

A conta Certificados de Depósitos Bancários representa as aplicações a esse título junto às maiores instituições financeiras de notória solidez do Brasil, com vencimentos cadenciados de forma a manter um fluxo de caixa compatível com as necessidades do COMAER. Sua variação positiva em 380,00% ocorreu em virtude da melhor rentabilidade financeira em relação aos Recursos da Conta Única, no período entre 31 de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2023. Ressalva-se que as aplicações em CDBs realizadas no período possuem liquidez diária não representando risco de liquidez em caso de necessidade de resgate antecipado.

O item *Fundo de Aplicação Financeira* representa as aplicações em dois fundos exclusivos de renda fixa. Ambos estão com o devido registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2. Créditos a Curto Prazo

Os créditos a curto prazo são valores a receber realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações e é composto principalmente por *Empréstimos e Financiamentos Concedidos* e *Demais Créditos e Valores a Curto Prazo*, que, em 31/12/2023, somam cerca de R\$ 72 milhões.

No tocante à rubrica *Empréstimos e Financiamentos Concedidos*, no período em análise, o item apresentou o montante de R\$ 2,141 milhões, já deduzidos os ajustes para perdas, assim distribuído:

Tabela 4 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos R\$ milhares

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos Concedidos	1.845	2.243
Financiamentos Concedidos a receber	384	589
Perda Estimada	-88	-123
Total	2.141	2.710

Fonte: SIAFI

O valor de R\$ 1,845 milhões, apresentado em *Empréstimos Concedidos*, representa o saldo atualizado desse item, que, concedidos sob determinadas condições e com recursos próprios da CFIAe, permitem ao beneficiário ampliar ou reformar sua moradia ou construí-la em seu próprio terreno.

O montante de R\$ 384 mil, evidenciado em *Financiamentos Concedidos a Receber*, corresponde aos contratos firmados entre a CFIAe e seus mutuários, de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação. As condições de reajuste, atualização dos saldos e prazos são as mesmas estabelecidas pelo BNH/CEF.

O ajuste para perdas estimadas é baseado no histórico de recebimentos passados e nas previsões de recebimentos mensais, nos mesmos períodos, obtendo-se o quociente médio a ser aplicado nos saldos atualizados de empréstimos e financiamentos concedidos, conforme parâmetros definidos pela Macrofunção 02.03.42 – Ajustes para Perdas, da STN.

3. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Em 31/12/2023, o item *Demais Créditos e Valores a Curto Prazo* apresentou saldo de R\$ 70 milhões, após o ajuste para perdas. Os valores mais expressivos desse montante, conforme Tabela abaixo, referem-se às rubricas *Rendimentos de Aplicações Pré-fixados* e *Remuneração Recursos Aplicados na CTU a Receber*. Esta se refere aos registros de apropriação por competência dos rendimentos dos valores aplicados na conta única e aquela tem relação com a apropriação por competência dos rendimentos de aplicações pré-fixadas contratadas principalmente junto ao banco Santander (vide Nota Explicativa nº 1 – Caixa e Equivalente de Caixa).

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição R\$ milhares

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Rendimentos de aplicações pré-fixados	40.559	8.412	382,16%	57,74%
Remuneração recursos aplicados na CTU a receber	9.795	19.958	-50,92%	13,94%
Adiantamento - termo execução descentralizada	7.998	5.156	55,12%	11,39%
Adiantamento concedido	5.609	13.947	-59,79%	7,98%
Créditos por Danos ao Patrimônio Público	6.267	6.598	-5,02%	8,92%
Créditos por Danos ao Patrimônio Público	8.116	8.204	-1,07%	
(-) Ajuste para Perdas de créditos por dano ao Patrimônio Público	-1.849	-1.606	15,15%	
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	15	0	100,00%	0,02%
Total Geral	70.242	54.072	29,91%	100%

Fonte: SIAFI

O item *Créditos por Dano ao Patrimônio Público* é composto por valores realizáveis no curto prazo provenientes de direitos oriundos de danos ao patrimônio, já deduzido o ajuste para perdas, que indica a probabilidade de não realização dos créditos a receber.

Para constituição do ajuste para perdas, foram utilizados, como critério, os créditos administrativos por dano ao patrimônio que foram objeto de julgamento pelo TCU, valores correspondentes a créditos não recebidos pela via administrativa e que não puderam ser inscritos como dívida ativa da União, ou aqueles créditos administrativos que ainda se encontram pendentes após 5 (cinco) anos de sua no SIAFI, conforme determina o item 2.7.2 da Macrofunção 02.11.38 – Diversos Responsáveis, do Manual SIAFI.

4. Estoques

Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP 04) – Estoques, do Conselho Federal de Contabilidade, os estoques compreendem bens adquiridos e mantidos para revenda, incluindo, por exemplo, mercadorias compradas para revenda ou terrenos e outros imóveis para venda. Além disso, incluem, também, produtos acabados, produtos em processo de produção, matérias-primas e materiais aguardando a utilização no processo de produção e bens adquiridos ou produzidos pela entidade para distribuição a terceiros, gratuitamente ou por valor irrisório.

Em 31/12/2023, o COMAER apresentou no subgrupo *Estoques*, um saldo de R\$ 10,75 bilhões, composto, principalmente, de estoques de materiais de consumo, conforme tabela abaixo:

Tabela 6 – Estoques – Composição

	R\$ milhares			
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Materiais de consumo	2.641.532	2.425.958	8,89%	24,57%
Material cons -estoq interno- para distribuir	2.447.510	2.274.392	7,61%	22,76%
Estoque sobressalentes a reparar	2.430.934	1.861.974	30,56%	22,61%
Importacoes em andamento - estoques	818.090	909.912	-10,09%	7,61%
Estoque sobressalentes a alienar	816.171	600.591	35,89%	7,59%
Estoque sobressalentes em reparo	789.346	355.070	122,31%	7,34%
Materiais de consumo em trânsito	523.184	736.063	-28,92%	4,87%
Materias-primas - armazens de terceiros	177.187	240.844	-26,43%	1,65%
Demais	108.886	132.594	-17,88%	1,01%
Total Geral	10.752.840	9.537.398	12,74%	100,00%

Fonte: SIAFI

As variações positivas observadas nos itens *Estoques Sobressalentes a Reparar* e *Estoque Sobressalentes em Reparo* referem-se a realização de ajustes do sistema analítico do COMAER em paralelo ao SIAFI.

Por sua vez, a variação negativa no item *Demais* tem relação, majoritariamente, com a conta *Material de Consumo – Estoque Armazém Terceiros – Para Distribuir*, relacionados a materiais de consumo transferidos para a conta *Importações em Andamento* referente à transferência de estoques entre UG do COMAER.

Ademais, o grupo *Demais* agrega estoques de matérias-primas e, também, os estoques de *terrenos e imóveis retomados* registrados na CFIAe, decorrentes de sua atividade operacional.

5. Ativo Realizável a Longo Prazo

O saldo que forma a rubrica em análise é composto, majoritariamente, por Créditos a receber responsáveis por danos/perdas, por desfalques ou desvios, financiamentos concedidos a receber, títulos a receber, empréstimos concedidos a receber. Na tabela a seguir, apresentam-se os itens com os respectivos saldos e variações.

Tabela 7 – Ativo Realizável a Longo Prazo – Composição

	R\$ milhares			
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Créditos a receber responsáveis por danos/perdas	30.095.645	28.355.190	6,14%	70,41%
Créditos a receber por desfalques ou desvios	40.026.129	17.071.925	134,46%	93,65%
Financiamentos concedidos a receber - exceto FAT	15.787.087	15.758.463	0,18%	36,94%
Títulos a receber	7.665.819	11.913.249	-35,65%	17,94%
Empréstimos concedidos a receber	4.298.722	3.398.602	26,48%	10,06%
Ajuste de perdas empréstimos/financiamentos concedidos	-12.752.643	-12.590.843	1,29%	-29,84%
Ajuste de perdas de créditos apurados em TCE	-50.181.450	-48.197.205	4,12%	-117,41%
Demais	7.802.242	3.615.662	115,79%	18,25%
Total Geral	42.741.550	19.325.044	121%	100%

Fonte: SIAFI

As rubricas *Créditos a receber responsáveis por danos/perdas* e *Créditos a receber por Desfalques ou Desvios* representam direitos provenientes de danos ao patrimônio apurados em Tomadas de Contas Especial, as quais foram objeto de análise pelo TCU, com Acórdãos que julgaram as contas dos responsáveis como irregulares, com imposição de débito ao responsável. Estas rubricas obedecem aos critérios determinados na Macrofunção 02.11.38 – Diversos Responsáveis.

A variação ocorrida no item *Créditos a receber por Desfalques ou Desvios* diz respeito às atualizações anuais, do ano de 2023, de débitos apurados no âmbito do COMAER em atendimento ao item 7.15.5 do MCA 172-3/2018.

A rubrica *Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT* corresponde aos contratos de financiamentos firmados entre a CFIAe e seus mutuários, de acordo com as normas do Sistema Financeiro Habitacional (SFH).

As condições de reajuste, atualização dos saldos e prazos são as mesmas estabelecidas pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Os *Títulos a Receber* correspondem aos créditos a receber do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), administrado pela CEF, relativos aos saldos devedores dos financiamentos habitacionais existentes no encerramento do prazo dos contratos firmados com mutuários, de acordo com as normas do SFH.

Os *Empréstimos Concedidos a Receber* correspondem ao saldo atualizado de empréstimos, que, concedidos sob determinadas condições e com recursos próprios da CFIAe, permitem ao beneficiário ampliar ou reformar sua moradia ou construí-la em seu próprio terreno.

O valor de *Ajuste para Perdas Empréstimos/Financiamentos Concedidos* é constituído pela CFIAe divide-se em R\$ 42 mil referente a empréstimos concedidos a receber e R\$ 12,70 milhões, relativos a financiamentos concedidos a receber – exceto FAT. A metodologia de cálculo utilizada segue os mesmos parâmetros dispostos no item Ajuste para Perdas, no curto prazo. Ressalta-se que os valores predominantes de ajustes para perdas, no longo prazo, decorrem de ações judiciais, bem como processo de ação de cobrança de pagamentos residuais, dos contratos firmados no âmbito da CFIAe e que deveriam ter sido pagos pela Caixa Econômica Federal (CEF), administradora do FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais, conforme norma vigente. Contudo, tais pagamentos foram recusados por alegação de existência de multiplicidade de financiamento por parte do mutuário. A CFIAe contesta a negativa da CEF.

O item *Demais* tem relação com os créditos a receber por pagamentos indevidos e créditos a receber de servidor não recolhido no prazo, além dos depósitos judiciais efetuados e os depósitos para garantias contratuais.

6. Imobilizado

Em 31/12/2023, o Órgão Superior COMAER apresentou um saldo de R\$ 145,22 bilhões, relacionado ao imobilizado. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o período em análise:

Tabela 8 – Imobilizado – Composição

	31/12/2023	31/12/2022	R\$ milhares AH (%)
Bens Móveis	34.144.494	33.896.904	0,73%
(+) Valor Bruto Contábil	35.935.747	35.473.348	1,30%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. De Bens Móveis	-1.791.253	-1.576.444	13,63%
Bens Imóveis	111.078.991	105.297.749	5,49%
(+) Valor Bruto Contábil	111.291.074	105.488.809	5,50%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis	-212.083	-191.060	11,00%
Total Geral	145.223.485	139.194.653	4,33%

Fonte: SIAFI

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão Superior 52111, em 31/12/2023, totalizavam R\$ 33,14 bilhões, depois de deduzida a depreciação. Destaca-se, porém, que se estima superavaliação em relação ao sistema interno de controle individual de bens móveis em cerca de 1,3 bilhão de reais decorrente das contas 1.2.3.1.1.01.15 (Equipamentos, peças e acessórios de proteção ao voo), 1.2.3.1.1.02.01 (Equipamentos de TI e Comunicação), 1.2.3.1.1.05.03 (Veículos de tração mecânica), 1.2.3.1.1.05.05 (Aeronaves) e 1.2.3.1.1.05.06 (Embarcações).

Os saldos dos bens estão distribuídos conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 9 – Bens Móveis – Composição

	R\$ milhares			
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Bens moveis em elaboração	15.441.329	16.442.355	-6,09%	45,22%
Aeronaves	6.836.563	4.449.268	53,66%	20,02%
Bens moveis em reparo	3.265.341	3.324.175	-1,77%	9,56%
Equipam. Peças e acessórios proteção ao voo	2.995.397	2.135.970	40,24%	8,77%
Importações em andamento - bens moveis	1.033.994	1.596.088	-35,22%	3,03%
Bens moveis a alienar	863.519	1.383.323	-37,58%	2,53%
Bens moveis em trânsito	306.479	1.081.853	-71,67%	0,90%
Bens moveis a reparar	792.280	800.699	-1,05%	2,32%
Depreciação acumulada	-1.791.253	-1.576.444	13,63%	-5,25%
Demais bens móveis	4.400.846	4.259.616	3,32%	12,89%
Total Geral	34.144.494	33.896.904	-42,54%	100,00%

Fonte: SIAFI

No tocante ao item *Importações em Andamento – Bens Móveis*, a variação ocorrida guarda relação, majoritariamente, com a transferência de saldos para a conta *Bens Móveis em Elaboração*, relacionados ao Projeto KC-390 (produção e fornecimento de vinte e oito aeronaves KC-390).

Conforme tabela acima, os Bens Móveis do COMAER estão mais concentrados nos itens *Bens Móveis em Elaboração* e *Aeronaves*, com representatividade de mais de 65%, seguidos por *Bens Móveis em Reparo e Equipamentos, Peças e Acessórios de Proteção ao Voo*.

Destaca-se que a variação apresentada na conta “*Aeronaves*” ocorreu, dentre outros motivos, em função da incorporação de saldos provenientes de aquisições de Aeronaves F-39 GRIPEN.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão Superior 52111, em 31/12/2023, totalizavam R\$ 111,07 bilhões, depois de deduzida a depreciação. Estes estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na Tabela a seguir.

Tabela 10 – Bens Imóveis – Composição

	R\$ milhares			
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Aquartelamentos	50.578.344	47.891.273	5,61%	45,53%
Aeroportos/estacoes/aeródromos	20.951.391	27.349.570	-23,39%	18,86%
Complexos/fabricas/usinas	13.526.926	10.964.469	23,37%	12,18%
Imóveis residenciais / comerciais	8.754.340	8.128.908	7,69%	7,88%
Terrenos/glebas	13.173.408	7.522.326	75,12%	11,86%
Imóveis de uso educacional	1.079.936	1.079.936	0,00%	0,97%
Edifícios	738.982	815.991	-9,44%	0,67%
Obras em andamento	695.798	495.818	40,33%	0,63%
Hospitais	494.483	429.563	15,11%	0,45%
Demais bens Imóveis	1.297.467	810.955	59,99%	1,17%
Depreciação acumulada - bens imóveis	-212.083	-191.060	11,00%	-0,19%
Total Geral	111.078.991	105.297.749	5,5%	100%

Fonte: SIAFI

Elucida-se que todos os bens imóveis, reconhecidos no Balanço Patrimonial do Órgão Superior 52111, dizem respeito a bens de uso especial registrados no SPIUnet, sendo os mais relevantes os itens *Aquartelamentos* e *Aeroportos/estações/aeródromos*, os quais correspondem 65% de todos os bens imóveis, perfazendo o montante de R\$ 71,52 bilhões, a valores brutos, seguidos por *Complexos/Fábricas/Usinas* e *Terrenos/Glebas*, o que pode ser observado na tabela acima.

Expõe-se que o Comando da Aeronáutica publicou Plano para Regularização do Cadastro de Imóveis do COMAER no SPIUnet (PCA 11-414), por meio da Portaria DIRINFRA nº 108/PPDI, de 09 de outubro de 2023, de modo a promover melhorias nos cadastros dos imóveis do Comando constantes do sistema que abriga os dados de imóveis de uso especial, o citado SPIUnet. Dentre as ações iniciadas em novembro de 2023,

registraram-se reclassificações e subdivisões de Registros Imobiliários Patrimoniais (RIP), com o objetivo de melhor classificar os imóveis, tendo por base sua destinação (finalidade).

A variação mais significativa é identificada na conta de terrenos/glebas que decorre de mudança de classificação de contas de imóveis no SPIUnet, consoante mencionado no parágrafo anterior. Esse procedimento deriva, especialmente, de achado do Tribunal de Contas da União (TCU) no âmbito da auditoria financeira sobre as Demonstrações do MD de 2022 (TC 018.960/2022-7).

7. Intangível

O COMAER adotou medidas para implantação dos procedimentos patrimoniais relativos ao intangível, estabelecidos na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015. Nesse sentido, foi desenvolvido o sistema de controle de gerenciamento dos bens intangíveis, proporcionando às UG do Comando da Aeronáutica a implantação da política contábil de registro e a reclassificação de bens intangíveis, bem como a amortização, a reavaliação e a redução ao valor recuperável de softwares, de marcas, de patentes, de licenças e congêneres.

Em 31/12/2023, o Órgão Superior 52111 apresentou um saldo de R\$ 444 milhões, relacionados à intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, no 3º trimestre de 2023:

Tabela 11 – Intangível – Composição R\$ milhares

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Softwares em Fase de Desenvolvimento – Vida Útil Indefinida	198.717	124.691	59,37%	44,67%
Softwares – Vida Útil Indefinida	212.574	213.273	-0,33%	47,79%
Softwares – Vida Útil Definida	42.911	40.065	7,10%	9,65%
Outros Direitos - Bens Intangíveis	5.083	-		1,14%
Amortização Acumulada	-14.441	-8.094	78,42%	-3,25%
Total Geral	444.845	369.936	144,56%	100%

Fonte: SIAFI

O valor mais expressivo do item em análise provém da rubrica *Softwares – vida útil indefinida*, representando 48% deste item, referente à área de controle do espaço aéreo nacional, gerenciados pela Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo – CISCEA.

O item *Outros Direitos - Bens Intangíveis* refere-se à inscrição patrimonial de publicações técnicas relacionadas ao projeto de aquisição de itens de defesa F-X2.

8. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

O saldo do item em análise consiste somente nas obrigações de curto prazo e é composto pelos saldos de salários, remunerações e benefícios, férias a pagar bem como benefícios assistenciais a pagar, conforme tabela abaixo:

Tabela 12 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais – Composição R\$ milhares

	31/12/2023	AV (%)
Salários, Remunerações e Benefícios	1.226.297	99,43%
Férias a Pagar	3.736	0,30%
Benefícios Assistenciais a Pagar	3.159	0,26%
Demais	174	0,01%
Total Geral	1.233.366	100%

Fonte: SIAFI

Ressalta-se que os passivos de férias são registrados por competência, de acordo com os procedimentos contábeis previstos no Manual SIAFI, Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento, da STN.

9. Empréstimos e Financiamentos

Na data de 31/12/2023, o COMAER apresentou saldo de R\$ 13,25 bilhões, referente a financiamentos a curto e a longo prazo, concentrados em sua totalidade no Órgão Comando da Aeronáutica. O item é composto integralmente por financiamentos externos efetuados pelo COMAER, conforme tabela abaixo:

Tabela 13 - Empréstimos e Financiamentos

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Financiamentos do ativo permanente - CP	447.453	467.773	-4,34%	3,38%
Financiamentos do ativo permanente - LP	12.806.874	12.298.628	4,13%	96,62%
Total	13.254.326	12.766.402	3,82%	100,00%

Fonte: SIAFI

A conta *Financiamentos do ativo permanente, curto prazo e longo prazo*, representa a totalidade do saldo em análise e refere-se à apropriação de passivos decorrentes do financiamento de aquisição/desenvolvimento de bens e serviços relacionados à defesa nacional, contratados junto às instituições financeiras SOCIÉTÉ GÉNÉRALE (EX9863600) e SWEDISH EXPORT CREDIT CORPORATION – SEK (EX9867800), ajustados por variação cambial (conforme Macrofunção 02.03.10 – Obrigações Internas e Externas, do Manual SIAFI).

A contratação do financiamento com o Sindicato de Bancos, liderado pelo banco SOCIÉTÉ GÉNÉRALE, suporta as aquisições de bens e serviços que compõem o Projeto H-X BR, cujo objeto é a aquisição de 50 (cinquenta) helicópteros de médio porte e suporte logístico.

A contratação do financiamento com a agência governamental sueca SWEDISH EXPORT CREDIT CORPORATION – AB SEK suporta as aquisições de bens e serviços que compõem o Projeto F-X2, cujo objeto é a aquisição de 28 (vinte e oito) aeronaves de caça multiemprego monoposto e 8 (oito) aeronaves de caça multiemprego biposto.

Em relação aos financiamentos acima, as incorporações ocorrem em função dos desembolsos realizados e as baixas, em função dos repagamentos da dívida externa. Acréscimos e baixas ainda podem ocorrer em razão de variação cambial, visto que as dívidas são nominadas em euro, dólar norte-americano e coroa sueca. Cabe esclarecer que as variações cambiais são controladas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e que os valores do saldo devedor são ajustados conforme orientação mensal enviada pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV/GECOD da STN, que determina tal ajuste a partir das informações extraídas do Sistema Integrado da Dívida Pública – SID, conforme Macrofunção 02.03.10 do Manual SIAFI.

10. Fornecedores a Pagar

Em 31/12/2023, o COMAER apresentou um saldo de R\$ 119 milhões, relacionado a Fornecedores e Contas a Pagar, no curto prazo. A seguir, apresentam-se as referidas obrigações segregadas pelos principais contratados.

Tabela 14 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Contratado

	31/12/2023	AV (%)
Vibra Energia S.A	30.567	25,67%
Cleomar Engenharia LTDA	6.717	5,64%
ATECH - Negócios em Tecnologias S.A.	5.863	4,92%
IACIT Soluções Tecnológicas S.A.	5.847	4,91%
Carl Zeiss do Brasil LTDA	3.950	3,32%
ATM Manutenção de Aeronaves e Turbinas LTDA	3.761	3,16%
Demais Fornecedores a Pagar	62.367	52,38%
Total Geral	119.072	100,00%

Fonte: SIAFI

Em referência aos dados da Tabela acima, elucida-se que os passivos com os fornecedores decorrem, predominantemente, da aquisição de bem/serviços de suporte logístico de aeronaves, além da aquisição de combustíveis e lubrificantes de aviação.

11. Demais Obrigações a Curto Prazo

Na data de 31/12/2023, o Órgão Superior COMAER apresentou um saldo de R\$ 664 milhões, referente ao item *Demais Obrigações a Curto Prazo*. O item é composto, majoritariamente, pelo saldo da conta *Transferências Financeiras a Comprovar - TED*. Em seguida, as rubricas, *Depósitos de Terceiros*; *Depósitos e Cauções Recebidos* e *Indenizações, Restituições e Compensações*, que representam 97% do total do item em análise. A seguir, tem-se a tabela com a composição desse saldo.

Tabela 15 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Composição R\$ milhares

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Transferências Financeiras a Comprovar – TED	530.571	521.375	1,76%	79,86%
Depósitos de Terceiros	110.135	172.597	-36,19%	16,58%
Depósitos e Cauções Recebidos	10.424	10.698	-2,56%	1,57%
Serviços de Processamento de Dados	4.491	-	-	0,68%
Demais	8.774	7.023	24,93%	1,32%
Total Geral	664.395	711.693	-12,06%	100%

Fonte: SIAFI

O saldo da rubrica *Transferências Financeiras a Comprovar - TED*, que corresponde a 80% do total do item analisado, decorre da rotina do Termo de Execução Descentralizada (TED), definida pela STN, a partir do exercício 2019, indicando a apropriação de ativo na UG descentralizadora e, na UG recebedora, o registro da obrigação, decorrente de recursos pendentes de comprovação.

No que concerne ao item *Depósitos de Terceiros* decorre, de forma predominante, de tarifas cobradas pela utilização de informações aeronáuticas, tráfego aéreo, meteorologia e outros serviços auxiliares de proteção ao voo, no período em análise.

Em seguida, o item *Demais* refere-se, majoritariamente, ao item *Impostos e Contribuições Diversos Devidos ao Tesouro*, no qual tem relação com a contratação de serviços de gerenciamento de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, atinentes ao controle de tráfego aéreo, bem como de manutenção corretiva/adaptativa e sustentação de software.

12. Provisões Militares

Em cumprimento às recomendações dos Acórdãos nº 1.000/2023, nº 1.464/2022 e nº 684/2022, ambos do Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), coube ao Ministério da Defesa (MD), responsável pela avaliação atuarial das pensões de militares, dos proventos de veteranos militares, das pensões especiais de militares e dos anistiados políticos militares, a remensuração das estimativas do passivo atuarial para o atual exercício, com apoio técnico da Diretoria de Finanças da Marinha (DFM) e do Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV).

Considerando os dados fornecidos pelos Comandos Singulares, por intermédio e coordenação do MD, o cálculo das provisões dos direitos pecuniários descritos no subitem 1.1 utilizou a metodologia prevista na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 15), em conformidade com as recomendações dos Acórdãos da Corte de Contas encimados no subitem anterior. Assim, foi utilizado o método de financiamento de Crédito Unitário Projetado (PUC) para estimar o Valor do Passivo Atuarial dos referidos direitos.

As obrigações atuariais calculadas em dezembro de 2023 resultaram no reconhecimento de passivos atuariais no montante de R\$ 195 bilhões, ante um passivo atuarial de R\$ 185 bilhões do exercício anterior:

Tabela 16 – Provisões de Benefícios com Militares

R\$ milhares

Provisões de Benefícios com Militares	2023	2022	AH (%)	AV (%)
Veteranos	115.688.932	107.319.683	7,80%	59,14%
Pensão Militar (Lei nº 3765/60)	76.218.773	74.108.074	2,85%	38,96%
Pensões Especiais Militares	333.501	352.906	-5,50%	0,17%
Anistiados Militares	3.387.391	3.282.832	3,19%	1,73%
Total	195.628.597	185.063.495	8,33%	100,00%

Fonte: DFM/Marinha.

12.1 Provisões de Benefícios com Militares Veteranos

As provisões de curto e longo prazo dos proventos de militares veteranos são evidenciadas em atendimento à NBC TSP 15 e às recomendações do TCU. O total dos valores representam o montante necessário para hipótese de liquidação, na data mencionada, em uma só parcela, de todas as futuras obrigações do COMAER, a serem pagas em um horizonte temporal de cerca de 101 anos, atinentes aos direitos pecuniários proporcionais de inatividade já adquiridos pelos atuais militares ativos, em razão de seus serviços prestados, bem como todos os direitos pecuniários de todos os atuais militares veteranos, durante todo o possível período de vida dos atuais ativos e veteranos.

Os proventos de militares veteranos têm natureza compensatória e fazem parte do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA). Seu plano de benefício é regrado pela Lei nº 6.880/1980, Medida Provisória nº 2.215-10/2001 e Lei nº 13.954/2019.

Sua regra de elegibilidade, em síntese, é materializada por duas possibilidades: (i) o atingimento do tempo de serviço militar mínimo de 35 anos para transferência para a inatividade; e (ii) a reforma, por razões de saúde. Ressalta-se que um maior detalhamento das referidas possibilidades se encontra no parágrafo sobre “Regra de transferência para a inatividade remunerada” da presente Nota.

Os proventos de militares veteranos são financiados inteiramente pelo Tesouro Nacional, sendo uma despesa Fiscal da União, sem contribuição do militar, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização. Assim, conforme o art. 53-A da Lei nº 6.880/1980, cabe ao Tesouro Nacional arcar com todos os encargos financeiros atinentes aos proventos desses militares, do mesmo modo daqueles afetos à remuneração dos militares ativos.

A evidenciação do passivo de militares veteranos, em consonância com a recomendação 9.3.1 do Acórdão nº 1.464/2022/TCU, foi construída, naquilo que cabe, à luz da NBC TSP 15.

Considerando o descrito acima, a Tabela a seguir evidencia o passivo atuarial dos proventos de militares veteranos concedidos e a conceder, sem reposição de militares (massa fechada):

Tabela 17 – Passivo Atuarial dos Proventos de Militares Veteranos

R\$ 1,00

Militares Veteranos	2023	2022
Saldo de Abertura - Provisão no início do ano	107.319.683.067,20	107.725.733.111,10
Receitas ou Despesas de Juros	5.065.489.040,78	5.127.744.896,09
Custo do Serviço Corrente	1.269.703.639,65	1.077.954.574,31
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	10.732.081.625,10	202.923.649,56
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	-945.877.936,10	497.597.471,63
Pagamentos realizados no exercício 2023	-7.752.147.296,45	-7.312.270.635,49
Saldo de fechamento - Provisão no fim do ano	115.688.932.140,18	107.319.683.067,20

Fonte: CASNAV.

A partir da Tabela acima descrita, verifica-se que o passivo de militares veteranos da FAB registrou variação positiva de 7,80% em relação à posição referente ao ano anterior.

É necessário também ressaltar a inadequação de comparação do valor do referido passivo com o PIB anual brasileiro, uma vez que o valor representa o montante necessário para liquidar, em uma única parcela, as obrigações atinentes aos proventos de militares de um horizonte temporal de 101 anos. Ou seja, para comparar

o valor contábil acima evidenciado com o PIB, seria necessário, estimar, a valor presente, o PIB do mesmo período.

12.2 Provisão de Pensões Militares

As provisões de curto e longo prazo das pensões de militares são provisões contábeis evidenciadas em atendimento à NBC TSP 15 e a recomendações do TCU. O total das referidas provisões representa o montante necessário para hipótese de liquidação, em uma só parcela, na data mencionada, de todas as futuras obrigações do COMAER, a serem pagas em um horizonte temporal de cerca de 119 anos, atinentes aos direitos de pensão já adquiridos pelos atuais militares ativos (direito proporcional) e veteranos (direito integral), em razão de seus serviços prestados, bem como todos os direitos pecuniários de todos os atuais pensionistas, durante todo o possível período de vida dos atuais pensionistas e futuros beneficiários de pensão.

A pensão militar tem natureza compensatória e faz parte do SPSMFA. Seu plano de benefício é regido pela Lei nº 3.765/1960, Lei nº 6.880/1980, Medida Provisória nº 2.215-10/2001 e Lei nº 13.954/2019.

Sua regra de elegibilidade é materializada pelo evento de morte do militar, combinada com a existência de beneficiário do militar habilitado ao recebimento do referido direito.

O financiamento da pensão militar dá-se por meio de sistema de fluxo de caixa mensal, em que existe somente a contribuição do participante, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização. No entanto, conforme o § 2º-A do art. 71 da Lei nº 6.880/1980, cabe ao Tesouro Nacional, arcar com a parcela de despesas que excede a capacidade de financiamento das contribuições dos militares e de seus pensionistas.

As Tabelas que evidenciam o passivo das pensões de militares, em consonância com a recomendação 9.3.1 do Acórdão nº 1.464/2022/TCU, foram construídas, naquilo que cabe, à luz da NBC TSP 15.

Considerando o descrito no parágrafo anterior, a Tabela a seguir evidencia o passivo atuarial das pensões de militares concedidas e a conceder, sem reposição de militares (massa fechada):

Tabela 18 – Passivo Atuarial das Pensões de Militares

R\$ 1,00

Pensões Militares	2023	2022
Saldo de Abertura	74.108.074.271,50	73.459.024.301,60
Receitas ou Despesas de Juros	3.497.901.105,61	3.584.800.385,92
Custo do Serviço Corrente	372.825.769,06	412.294.192,46
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	5.172.230.586,79	-746.646.322,59
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	-2.001.781.378,88	2.033.740.518,99
Pagamentos realizados no exercício	-4.930.477.013,68	-4.635.138.804,83
Saldo de fechamento	76.218.773.340,40	74.108.074.271,55

Fonte: CASNAV.

A partir da tabela acima descrita, verifica-se que o passivo de pensões de militares da FAB teve variação positiva de 2,85% em relação à posição referente ao ano anterior.

Vale ressaltar a inadequação de comparação do valor do referido passivo com o PIB anual brasileiro, uma vez que o valor representa o montante necessário para liquidar, em uma única parcela, as obrigações atinentes às pensões de militares de um horizonte temporal de 119 anos. Ou seja, para comparar o valor contábil acima evidenciado com o PIB, seria necessário estimar, a valor presente, o PIB do mesmo período.

12.3 Pensões Anistiados Militares

As provisões de curto e longo prazo das reparações de anistiados políticos militares são provisões contábeis evidenciadas em atendimento à NBC TSP 15 e a recomendações do TCU. Os referidos valores representam o montante necessário para hipótese de liquidação, na data retromencionada, em uma só parcela, de todas as futuras obrigações do COMAER, a serem pagas em um horizonte temporal de cerca de 109 anos, atinentes aos direitos pecuniários de todos os atuais beneficiários, enquanto permanecerem vivos, bem como durante o

período de vida de seus dependentes elegíveis, no caso da possibilidade de o benefício ser revertido para o dependente no caso de morte do atual recebedor.

As reparações a anistiados são benefícios vinculados às Forças Armadas que não fazem parte do SPSMFA.

As reparações a anistiados são indenizações que buscam compensar cidadãos que sofreram prejuízos causados por ações e políticas de Estado.

A regra de elegibilidade, plano de benefício e valor de tais reparações dependem da aprovação de Lei específica para atender as situações concretas que se encaixem nos pressupostos descritos nos subitens 4.2 e 4.3. Ou seja, as situações concretas são os fatos que elegem a indenização permanente aprovada em um dos seguintes diplomas legais: Decreto-Lei nº 8.794/1946; Decreto-Lei nº 8.795/1946; Lei nº 2.579/1955; art. 26 da Lei nº 3.765/1960; art. 30 da Lei nº 4.242/1963; Lei nº 5.315/1967; Lei nº 6.592/1978; Lei nº 7.424/1985; Lei nº 8.059/1990; Lei nº 8.878/1994; e Lei nº 10.559/2002.

As despesas atinentes às reparações com anistiados políticos militares são financiadas pelo Tesouro Nacional e por contribuições dos beneficiários de tais indenizações, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização.

O custo corrente e o custo passado das pensões especiais e de anistiados políticos militares não foram estimados em razão dos seguintes fatos: (i) o cálculo do custo corrente aplica-se somente a indivíduos na fase ativa de trabalho; e (ii) o cálculo do custo passado não se aplica por não ter ocorrido alteração do plano em relação ao ano anterior.

Considerando o descrito, a seguir é evidenciado somente os benefícios concedidos, haja vista que novas concessões de tais benefícios dependem da aprovação de nova Lei:

Tabela 19 – Passivo Atuarial das Pensões de Anistiados Militares

R\$ 1,00

Pensões Anistiados Militares	2023
Saldo de Abertura - Provisão no início do ano	3.282.832.226,75
Receitas ou Despesas de Juros	143.131.485,09
Custo do Serviço Corrente	-
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	383.034.991,39
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	- 64.312.807,75
Pagamentos realizados no exercício 2023	357.295.288,93
Saldo de fechamento - Provisão no fim do ano	3.387.390.606,55

Fonte: CASNAV.

Vale ressaltar a inadequação de comparação dos valores dos referidos passivos com o PIB anual brasileiro, uma vez que o valor representa o montante necessário para liquidar, em uma única parcela, as obrigações atinentes aos anistiados políticos militares em um horizonte temporal de 109 anos. Ou seja, para comparar o valor contábil acima evidenciado com o PIB, seria necessário estimar, a valor presente, o PIB do mesmo período.

12.4 Pensões Especiais de Militares

As provisões de curto e longo prazo das pensões especiais de militares são evidenciadas em atendimento à NBC TSP 15 e a recomendações do TCU. O total estimado das referidas provisões representam o montante necessário para hipótese de liquidação, na data mencionada, em uma só parcela, de todas as futuras obrigações do COMAER, a serem pagas em um horizonte temporal de cerca de 110 anos, atinentes aos direitos pecuniários de todos os atuais beneficiários, enquanto permanecerem vivos, bem como durante o período de vida de seus dependentes elegíveis, no caso da possibilidade de o benefício ser revertido para o dependente no caso de morte do atual recebedor.

As pensões especiais de militares são benefícios vinculados às Forças Armadas que não fazem parte do SPSMFA.

As pensões especiais são originadas por políticas de Estado que têm por objetivo compensar cidadãos que prestaram eventuais e relevantes serviços à defesa dos interesses nacionais.

A regra de elegibilidade, plano de benefício e valor de tais pensões dependem da aprovação de Lei específica para atender as situações concretas que se encaixem nos pressupostos descritos nos subitens 5.2 e 5.3. Ou seja, as situações concretas são os fatos que elegem a indenização permanente aprovada em um dos seguintes diplomas legais: Decreto-Lei nº 8.794/1946; Decreto-Lei nº 8.795/1946; Lei nº 2.579/1955; art. 26 da Lei nº 3.765/1960; art. 30 da Lei nº 4.242/1963; Lei nº 5.315/1967; Lei nº 6.592/1978; Lei nº 7.424/1985; Lei nº 8.059/1990; Lei nº 8.878/1994; e Lei nº 10.559/2002.

As despesas atinentes às pensões especiais são financiadas pelo Tesouro Nacional e por contribuições dos beneficiários de tais indenizações, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização.

O custo corrente e o custo passado das pensões especiais não foram estimados em razão dos seguintes fatos: (i) o cálculo do custo corrente aplica-se somente a indivíduos na fase ativa de trabalho; e (ii) o cálculo do custo passado não se aplica por não ter ocorrido alteração do plano em relação ao ano anterior.

Considerando o descrito, na Tabela a seguir é evidenciado somente os benefícios concedidos, haja vista que novas concessões de tais benefícios dependem da aprovação de nova Lei:

Tabela 20 – Passivo Atuarial das Pensões Especiais de Militares

R\$ 1,00

Pensões Especiais de Militares	2023
Saldo de Abertura - Provisão no início do ano	352.905.803,39
Receitas ou Despesas de Juros	15.386.693,03
Custo do Serviço Corrente	-
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	12.193.448,56
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	- 45.849.081,90
Pagamentos realizados no exercício 2023	1.136.183,86
Saldo de fechamento - Provisão no fim do ano	333.500.679,21

Fonte: CASNAV.

Vale ressaltar a inadequação de comparação dos valores dos referidos passivos com o PIB anual brasileiro, uma vez que o valor representa o montante necessário para liquidar, em uma única parcela, as obrigações atinentes às pensões especiais de militares em um horizonte temporal de 110 anos. Ou seja, para comparar o valor contábil acima evidenciado com o PIB, seria necessário estimar, a valor presente, o PIB do mesmo período.

Premissas atuariais e financeiras

Dessa forma, as premissas atuariais e financeiras consideradas para o cálculo foram as seguintes:

I. Tábuas biométricas

- os testes estatísticos para seleção das tábuas biométricas consideraram dados históricos da população militar de ativos, veteranos e pensionistas de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2021. Para a seleção das tábuas biométricas foi utilizado o teste *Kolmogorov-Smirnov*. Dentre as tábuas aderentes, foram escolhidas para o cálculo as que geraram o menor Erro Quadrático Médio. Ressalta-se que na hipótese de rejeição dos resultados dos testes estatísticos aplicados aos dados recebidos em 2023, foram repetidas as tábuas utilizadas no cálculo do passivo atuarial do ano de 2022. Tal fato ocorreu com as tábuas de mortalidade de inválidos e entrada em invalidez.
- a Tabela a seguir descreve as tábuas utilizadas na presente estimativa:

Tabela 21 – Tábuas de Biométricas

TÁBUA BIOMÉTRICA	
Tábuas de mortalidade de ativos, veteranos e pensionistas do sexo masculino	AT 49 Male -47%
Tábuas de mortalidade de ativos, veteranos e pensionistas do sexo feminino	AT 71 -42%
Tábuas de mortalidade de inválidos do sexo masculino	<i>Rentiers Francais</i> -9%
Tábuas de mortalidade de inválidos do sexo feminino	<i>Rentiers Francais</i> -9%
Tábua de entrada em invalidez (ambos os sexos)	RGPS 9902 MM -42%

Fonte: CASNAV.

II. Taxa de rotatividade:

- a) foram calculadas as probabilidades de desligamento para cada idade dos militares da ativa, conforme o fluxo de rotatividade de militares ativos, a partir de dados fornecidos pelas Forças Singulares.
- b) não se aplica ao caso dos Anistiados Militares e Pensões Especiais em razão do cálculo considerar apenas benefícios concedidos.

III. Taxa de juros:

- a) Militares Veteranos: Considerando o valor de 14,6 anos para a duração do passivo dos proventos de militares veteranos, foi utilizada a taxa de juros de 4,79% a.a., conforme Portaria nº 3.289, de 23 de agosto de 2023, do Ministério da Previdência Social, a qual internaliza o item 88 da NBC TSP 15 ao considerar as Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para determinação das taxas de juros a serem utilizadas para cada intervalo de duração de passivo. Dessa forma, em relação a estimativa anterior, a taxa de juros foi alterada de 4,72% a.a. para 4,79% a.a. Ainda, referente ao exercício anterior, houve uma outra remensuração do passivo devido a correções da premissa taxa de juros. Essa nova estimativa apontou uma subavaliação da provisão, referente aos benefícios com veteranos militares, em virtude de alteração da taxa de juros de 4,72% a.a. para 4,66% a.a.
- b) Pensões de Militares: Considerando o valor de 17,9 anos para a duração do passivo das pensões de militares, foi obtida a taxa de juros de 4,87% a.a. utilizada no cálculo do passivo das pensões de militares, conforme Portaria nº 3.289 de 23 de agosto de 2023, do Ministério do Trabalho e Previdência, a qual internaliza o item 88 da NBC TSP 15 ao considerar as Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para determinação das taxas de juros a serem utilizadas para cada intervalo de duração de passivo. Dessa forma, em relação a estimativa anterior, a taxa de juros foi alterada de 4,72% a.a. para 4,87% a.a.
- c) Anistiados Militares: considerando o valor de 9,5 anos para a duração do passivo de reparações de anistiados políticos militares, foi utilizada a taxa de juros de 4,58% a.a. conforme Portaria nº 3.289 de 23 de agosto de 2023, do Ministério do Trabalho e Previdência, a qual internaliza o item 88 da NBC TSP 15 ao considerar as Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para determinação das taxas de juros a serem utilizadas para cada intervalo de duração de passivo.
- d) Pensões Especiais: para o passivo das pensões especiais de militares considera-se o valor de 8,9 anos para a duração do passivo e foi utilizada a taxa de juros de 4,52% a.a. conforme Portaria nº 3.289 de 23 de agosto de 2023, do Ministério do Trabalho e Previdência, a qual internaliza o item 88 da NBC TSP 15 ao considerar as Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para determinação das taxas de juros a serem utilizadas para cada intervalo de duração de passivo.

IV. Taxa de inflação: Não foram considerados os efeitos de inflação, haja vista que todas as variáveis financeiras seriam influenciadas por essa variável na mesma magnitude e período.

V. Crescimento da remuneração e proventos:

- a) remuneração de militares ativos: para o crescimento da remuneração de militares ativos foi considerada a Lei nº 13.954/2019, cujos efeitos financeiros se estendem até o ano de 2024. Adicionalmente aos efeitos da referida Lei, em vez de ser utilizada uma taxa única de crescimento salarial por progressão funcional, foi considerada a evolução salarial individual decorrente das promoções previstas na carreira de cada militar ativo de cada Força, inclusive as de Oficial-General;
- b) proventos de militares veteranos: para o crescimento da remuneração de militares veteranos foram considerados os efeitos da Lei nº 13.954/2019, os quais elevam os proventos individuais anuais até o ano de 2024.
- c) benefícios de pensões de militares: para o crescimento do valor do benefício de pensão de militares foram considerados os efeitos da Lei nº 13.954/2019, os quais elevam os proventos individuais anuais até o ano de 2024.
- d) não se aplica aos Anistiados Militares e Pensões Especiais em razão do cálculo considerar apenas benefícios concedidos.

VI. Valor do benefício:

- a) para benefícios Militares Veteranos: foi considerado o valor da última remuneração básica bruta do período ativo.
- b) para Benefícios com Pensões de Militares: Foi considerado o valor da última remuneração básica bruta do período ativo, além dos valores do salário de contribuição de veteranos e do valor do benefício de pensão.
- c) para Anistiados Militares e Pensões Especiais foi considerado o valor individual do benefício concedido informado pelas Forças Singulares.

VII. Reposição de militares:

- a) não houve reposição de militares para os resultados apresentados, em razão de ter sido considerada a população militar de massa fechada, em consonância com a NBC TSP 15.
- b) anistiados Militares e Pensões Especiais não se aplica em razão do cálculo considerar apenas benefícios concedidos.

VIII. Alíquotas e Base de Contribuição:

- a) não há contribuição para os proventos de militares veteranos.
- b) as alíquotas de contribuição de ativos, veteranos e de pensionistas utilizadas foram as constantes no art. 3º-A da Lei nº 3.765/1960, com alterações promovidas pela Lei nº 13.954/2019.
- c) para Anistiados Militares e Pensões Especiais foi considerada a contribuição de 10,5% sobre o valor recebido por beneficiário.

IX. Idade de entrada nas Forças Armadas:

- a) para Veteranos foi considerada a idade resultante da diferença entre a data de ingresso na Força e a data de nascimento do militar constantes nos dados fornecidos pelas Forças Singulares.
- b) anistiados Militares e Pensões Especiais não se aplica em razão do cálculo considerar apenas benefícios concedidos, bem como em razão de as reparações a anistiados políticos militares independerem de transferência para a inatividade militar remunerada.

X. Regra de transferência para a inatividade remunerada:

- a) Inatividade Programável:
 - I) Regra Geral - militares que **não** ascenderão ao Generalato: 35 anos de serviço militar;
 - II) Exceção à regra geral - militares que ascenderão ao Generalato: o seguinte tempo de serviço militar foi considerado para inativação: (i) Oficiais-Generais de duas estrelas: em média 40 anos de serviço, sendo a promoção a duas estrelas aos 36 anos de serviço; (ii) Oficiais-Generais de três estrelas: em média 44 anos de serviço, sendo a promoção a três estrelas aos 40 anos de serviço; (iii) Oficiais-Generais de quatro estrelas: em média 48 anos de serviço, sendo a promoção a quatro

estrelas aos 44 anos de serviço. Ressalta-se que para promoção aos postos de Oficiais-Generais foram consideradas apenas as carreiras que permitem tal situação.

- b) Inatividade por invalidez: conforme probabilidades da tábua biométrica de entrada em invalidez.
- c) **Não** se aplica aos Anistiados Políticos Militares e às Pensões Especiais em razão de as reparações e pensões dependerem de transferência para a inatividade remunerada.

XI. Compensação Financeira entre as contribuições para a pensão militar e os regimes previdenciários:

- a) não foi considerada em razão da falta de regulamentação do § 9º -A do art. 201 da CRFB de 1988.
- b) para Anistiados Militares e Pensões Especiais não se aplica em razão de tais benefícios dependerem da aquisição de direitos adquiridos em regimes previdenciários.

XII. Horizonte Temporal avaliado: O horizonte temporal do atual cálculo abrange todo o período de vida dos atuais recebedores e dos possíveis futuros recebedores dos benefícios.

XIII. Composição familiar (não se aplica aos Veteranos): Considerando que: (i) o estudo técnico sobre composição familiar de militares das Forças Armadas para a presente estimativa de passivo atuarial das pensões contou com dados das três Forças Singulares no período observacional compreendido entre 2017 a 2021, sendo este estudo concluído em 2022; (ii) em dois anos não ocorrem alterações da característica de uma população; e (iii) as práticas atuariais indicam a possibilidade de realização do estudo de composição familiar em intervalos de três a cinco anos (p. ex: inciso I, do art. 35, da Instrução Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020); foi considerada a mesma tábua de composição familiar utilizada na avaliação atuarial das pensões de militares do exercício de 2023, conforme a seguir:

- a) benefícios de Pensão a Conceder: foi construída a Tábua de Composição Familiar dos militares ativos e veteranos vivos. Assim, foi estimada, para cada idade do militar, a probabilidade de deixar pensão por morte, vitalícia ou temporária; e
- b) benefícios de Pensões Concedidas: dentre os beneficiários da pensão do instituidor, foi escolhido aquele que gera pensão com maior duração de tempo.

Testes de Sensibilidade

Sensibilidade sobre taxa de juros: O passivo atuarial aumenta conforme se reduz a taxa de juros. Da mesma forma, o passivo atuarial é reduzido conforme se aumenta a taxa de juros. Foi utilizada uma variação de 1% para mais e para menos nas taxas de juros de cada subpopulação.

Sensibilidade dos efeitos das tábuas biométricas: Para todas as tábuas biométricas utilizadas no cálculo do passivo atuarial foi promovido o agravamento e o desagravamento, também variando em 1% para mais e para menos como no teste de sensibilidade para o efeito da taxa de juros.

Haja vista os resultados, é possível afirmar que a variação de 1% nas tábuas biométricas não é tão significativa quanto a mesma variação na taxa de juros, muito por conta do efeito exponencial que a taxa de juros proporciona no cálculo do passivo corroborando ao que preceituam os itens 86 e 146 da NBC TSP 15.

Das Incertezas da Estimativa

Proventos de Militares Veteranos: Em síntese, na estimativa de proventos de militares veteranos as seguintes incertezas estão presentes: (i) volatilidade da taxa de juros brasileira e a conseqüente incerteza para estimação de uma taxa de longo prazo para ser utilizada como taxa de desconto no cálculo do valor presente atuarial; (ii) probabilidade de o militar ativo chegar vivo e válido com 35 anos de serviço militar e ser transferido para a inatividade e manter-se vivo; (iii) probabilidade de o atual militar ativo ser reformado por motivo de saúde, transferido para a inatividade e manter-se vivo ao longo do tempo; (iv) probabilidade de o atual militar ser desligado do serviço ativo sem nenhum direito remuneratório; (v) probabilidade de o militar veterano válido se manter vivo ao longo do tempo; e (vi) probabilidade de o militar veterano inválido se manter vivo ao longo do tempo.

Pensões de Militares: Em síntese, na estimativa de pensões de militares as seguintes incertezas estão presentes: (i) volatilidade da taxa de juros brasileira e a consequente incerteza para estimação de uma taxa de longo prazo para ser utilizada como taxa de desconto no cálculo do valor presente atuarial; (ii) probabilidade de o militar falecer durante o período ativo e gerar pensão; (iii) probabilidade de o militar ativo chegar vivo e válido com 35 anos de serviço militar, ser transferido para a inatividade, falecer na inatividade e gerar pensão; (iv) probabilidade de o atual militar ativo ser reformado por motivo de saúde, transferido para a inatividade, falecer na inatividade e gerar pensão; (v) probabilidade de o atual militar ser desligado do serviço ativo sem nenhum direito remuneratório;

Pensões Especiais de Militares e Anistiados Militares: Em síntese, na estimativa de proventos de pensões especiais de militares e anistiados políticos militares as seguintes incertezas estão presentes: (i) volatilidade da taxa de juros brasileira e a consequente incerteza para estimação de uma taxa de longo prazo para ser utilizada como taxa de desconto no cálculo do valor presente atuarial; (ii) probabilidade de o recebedor falecer; e (iii) probabilidade de o recebedor possuir beneficiário para reversão do benefício.

Riscos Atrelados aos Benefícios Avaliados

A Avaliação Atuarial contida em anexo ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) demonstra que **tais despesas não representam um risco fiscal para a União.**

13. Demais Obrigações a Longo Prazo

O saldo de R\$ 3,53 milhões apresentado no item refere-se ao registro de recebimento de cauções para garantias contratuais decorrentes de contratos celebrados pelas UG do COMAER.

14. Ajustes de Avaliação Patrimonial

O item 59 da NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados, combinado com o item 130, aponta que ganhos e perdas atuariais correspondem a aumentos ou reduções no valor presente das obrigações advindos de mudanças em premissas contábeis do cálculo e devem ser reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

Devido a essa disposição, os valores identificados como ganhos e perdas advindos de mudanças de premissas atuariais foram reconhecidos como ajuste de avaliação das provisões nos montantes apresentados na tabela abaixo. Para maior detalhamento sobre o cálculo das provisões atuariais para pensões militares e benefícios de veteranos, recomenda-se leitura da Nota nº 12.

Tabela 22 – Ganhos e Perdas Atuariais por Provisão	R\$ milhares
Ajustes de Avaliação Patrimonial	31/12/2023
Pensões Militares	-3.170.449
Perdas Atuariais	-5.172.231
Ganhos Atuariais	2.001.781
Veteranos	-9.786.204
Perdas Atuariais	-10.732.082
Ganhos Atuariais	945.878
Pensões Especiais	33.656
Perdas Atuariais	-12.193
Ganhos Atuariais	45.849
Anistiados	-318.722
Perdas Atuariais	-383.035
Ganhos Atuariais	64.313
Total Geral	-13.241.719

Fonte: SIAFI

15. Demais Reservas

O grupo de *Demais Reservas* é composto pelas reservas de reavaliação de imóveis, móveis e intangíveis, como segue:

	R\$ milhares
	dez/23
Reavaliação de bens imóveis - RIP	20.089.338
Reavaliação de bens moveis	26.504
Reavaliação de bens intangíveis	139
Demais Reservas	20.115.981

Fonte: SIAFI.

O maior valor se encontra na reserva de reavaliação de imóveis. Os registros de reavaliação a maior passaram a ser realizados nessa rubrica a partir de agosto de 2023, após modificação da rotina do SIAFI pela STN.

No caso de reavaliação a menor, o registro é realizado contra reserva de reavaliação até o limite de seu saldo; quando não há saldo correspondente, essa desvalorização é lançada contra resultado do exercício, como preconizam o MCASP 9ª edição e a NBC TSP 07.

As reavaliações obedecem às disposições de normativo do COMAER baseado, principalmente, na norma NBR 14.653, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e são registradas a partir do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial (SPIUnet), o qual gera o reflexo no SIAFI, conforme previsto no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.44 – Bens Imóveis.

O valor apresentado no item *Reavaliação de Bens Imóveis – RIP* decorre, principalmente, de reclassificação da conta 23711.02.01 (superávits ou déficits exercícios anteriores) para a conta 23611.02.00 (reserva de reavaliação de bens imóveis – RIP), no montante de R\$ 13,81 bilhões (vide também quadro da DMPL), em cumprimento à recomendação do TCU no âmbito da auditoria Financeira sobre as Demonstrações do MD de 2023 (TC 018.199/2023-2).

16. Obrigações Contratuais

Em 31/12/2023, o Comando da Aeronáutica possuía um saldo de R\$ 43,86 bilhões, relacionado a obrigações contratuais a executar, sendo quase a totalidade relacionada a fornecimento de bens e serviços. O item *Demais* conjuga os valores relacionados aos seguros e aos aluguéis a executar.

A seguir, apresenta-se a Tabela a seguir, segregando essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Fornecimento de Bens	30.748.214	35.076.279	-12,34%	70,10%
Serviços	13.106.323	11.698.179	12,04%	29,88%
Demais	5.937	3.830	55,01%	0,01%
Total Geral	43.860.474	46.778.289	-6%	100%

Fonte: SIAFI

Ressalta-se que o item *Fornecimento de Bens*, que tem a maior representatividade, representa, predominantemente, as apropriações de contratos em execução efetuadas, principalmente, por Unidades Gestoras Executoras do COMAER situadas no exterior para a execução de contratos firmados com a SAAB AB - PROJETO GRIPEN, EMBRAER e EUROCOPTER, cujos objetos guardam relação com a aquisição de produtos/serviços relacionados à Defesa Nacional de interesse do COMAER.

Na tabela a seguir, apresentam-se os contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2023.

Tabela 25 – Obrigações Contratuais – Por Contratado

	R\$ milhares	
	31/12/2023	AV (%)
SAAB AB - PROJETO GRIPEN	10.274.307	23,42%
EMBRAER S.A.	9.294.649	21,19%
EUROCOPTER	3.976.291	9,07%
EMBRAER	3.507.059	8,00%
VIBRA ENERGIA S.A	2.025.106	4,62%
IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A.	1.768.026	4,03%
Demais	13.015.035	29,67%
Total Geral	43.860.474	100%

Fonte: SIAFI

17. Resultado Patrimonial do Exercício

Em 31/12//2023, o resultado patrimonial foi positivo em cerca de R\$ 4,25 bilhões. Sua diminuição em 57,78% em relação ao exercício anterior se deve, principalmente, à variação dos itens *Transferências e Delegações recebidas e Valoriz. e Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos*.

Tabela 26 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Diminutivas

	R\$ milhares			
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	153.376.594	262.699.578	-41,62%	100,00%
Transferências e Delegações recebidas	135.963.720	220.038.124	-38,21%	88,65%
Valoriz. e Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos	4.910.579	24.472.225	-79,93%	3,20%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4.875.262	8.279.947	-41,12%	3,18%
Demais	7.627.032	9.909.281	-23,03%	4,97%
Variações Patrimoniais Diminutivas	149.123.998	252.626.348	-40,97%	100,00%
Transferências e Delegações concedidas	112.511.251	193.523.963	-41,86%	75,45%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	14.257.294	13.731.417	3,83%	9,56%
Pessoal e Encargos	8.306.328	8.090.050	2,67%	5,57%
Demais	14.049.124	37.280.917	-62,32%	9,42%
Resultado Patrimonial do Período	4.252.596	10.073.230	-57,78%	

Fonte: SIAFI

Os valores apresentados nos itens *Transferências e Delegações recebidas e concedidas* guardam relação com movimentações patrimoniais intraorçamentárias (OFSS), principalmente transferências de imóveis dentro do órgão e transferências para a execução do orçamento. Ademais, a principal razão para a significativa variação negativa desse grupo se refere ao recebimento, em setembro de 2022, de saldos de *Provisão para Benefícios com Militares Inativos* advindos da Unidade Gestora 170615 – Obrigações da União com Militares Inativos, do Ministério da Economia.

Quanto ao grupo *Valoriz. e Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos*, expõe-se que, a partir de agosto de 2023, os registros de reavaliação a maior de imóveis passaram a ser realizados diretamente no Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial, no grupo *Demais Reservas, Reavaliação de Bens Imóveis*.

Apresenta-se, também, detalhamento dos itens *Outras Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas* a seguir.

Tabela 27 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

	R\$ milhares			
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.025.614	5.733.088	-47,23%	100,00%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	2.694.432	5.428.629	-50,37%	89,05%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	331.182	304.459	8,78%	10,95%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	28.715	22.010.573	-99,87%	100,00%
Incentivos	790	686	15,06%	2,75%
Constituição de Provisões	17.090	21.999.260	-99,92%	59,51%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	10.835	10.627	1,97%	37,73%

Fonte: SIAFI

A grande modificação no item *Outras Variações Patrimoniais Diminutivas* tem relação com a adequação dos lançamentos de Provisões de Pensões Militares e Benefícios de Veteranos (vide variação na linha *Constituição de Provisões*), conforme Acórdão nº 1000/2023, do TCU, emitido no âmbito do TC nº TC 020.726/2022-8. Para maior detalhamento sobre o cálculo dessas Provisões Atuariais, recomenda-se leitura das Notas nº 12 e 14.

18. Execução Orçamentária da Receita

No 4º trimestre de 2023, as receitas realizadas pelo Órgão Superior COMAER foram as seguintes:

Tabela 28 – Receitas Realizadas – Composição

	R\$ milhares			
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	4.048.373	3.504.044	15,53%	79,11%
Receitas de Capital	1.069.073	1.570.809	-31,94%	20,89%
Total Geral	5.117.446	5.074.853	0,84%	100%

Fonte: SIAFI

Observa-se um acréscimo de 15,53% nas receitas correntes decorrente, principalmente, do aumento na arrecadação de receitas relacionadas a serviços de navegação aérea, ao passo que as receitas de capital apresentaram uma diminuição de 31,94%, tendo em vista uma menor realização de receitas relacionadas a operações de crédito, conforme itens a seguir.

18.1 Receitas Correntes

Evidenciam-se as principais receitas correntes realizadas no período em análise:

Tabela 29 – Receitas Correntes Realizadas – Composição

Natureza da Receita	R\$ milhares			
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Serviços e Atividades referentes à Navegação e ao Transporte	2.300.657	1.964.413	17,12%	56,83%
Valores Mobiliários	1.106.152	933.941	18,44%	27,32%
Contrib. Fundos.Ass.Med.Hosp-F.Armadas	281.770	273.039	3,20%	6,96%
Demais	359.794	332.651	8,16%	8,89%
Total Geral	4.048.373	3.504.044	15,53%	100,00%

Fonte: SIAFI

A receita de valor mais expressivo refere-se a *Serviços de Navegação Aérea*, provenientes de tarifas cobradas pela utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea.

A receita de *Valores Mobiliários* é proveniente da aplicação das disponibilidades financeiras dos recursos gerenciados pelo Fundo Aeronáutico.

As receitas de Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas derivam das contribuições obrigatórias dos militares, da ativa e na inatividade, e dos pensionistas dos militares, destinadas a complementar o custeio com a assistência médico-hospitalar dos beneficiários do Fundo de Saúde da Aeronáutica.

18.2 Receitas de Capital

Evidenciam-se as principais receitas de capital realizadas no período em análise:

Tabela 30 – Receitas de Capital Realizadas – Composição

Natureza da Receita	R\$ milhares			
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Operações de Crédito	1.058.244	1.560.590	-32,19%	98,99%
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	10.590	9.985	6,05%	0,99%
Amortização de empréstimos	239	234	2,26%	0,02%
Total Geral	1.069.073	1.570.809	-31,94%	100,00%

Fonte: SIAFI

A amortização de empréstimos e financiamentos advém da execução de empréstimos contratuais registrados pela Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe). A receita de *Operações de Crédito* possui relação com a execução de financiamentos para a aquisição e desenvolvimento de bens relacionados à defesa nacional (vide Nota Explicativa nº 9 – Empréstimos e Financiamentos).

19. Execução Orçamentária da Despesa

Os valores empenhados por categoria econômica de despesa estão a seguir:

Tabela 31 - Despesas Empenhadas – Composição R\$ milhares

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Despesas Correntes	27.610.871	26.764.294	3,16%	89,20%
Despesas de Capital	3.342.027	4.668.111	-28,41%	10,80%
Total Geral	30.952.898	31.432.405	-1,53%	100,00%

Fonte: SIAFI

Há também despesas empenhadas resultantes da descentralização de créditos de outras Unidades Orçamentárias (UO):

Tabela 32 - Despesas empenhadas por Unidade Orçamentária R\$ milhares

Unidade Orçamentária	31/12/2023	AV (%)
Comando Da Aeronautica	25.967.751	83,89%
Fundo Aeronautico	4.105.208	13,26%
Ministerio Da Defesa	706.054	2,28%
Fundo Nacional De Aviacao Civil	42.787	0,14%
Agencia Espacial Brasileira - AEB	36.494	0,12%
Fundo Nacional De Saude	35.294	0,11%
Ministerio Da Educacao	16.501	0,05%
Demais	42.811	0,14%
Total	30.952.898	100%

Fonte: SIAFI.

19.1 Despesas Correntes

A seguir, elencam-se as principais despesas correntes empenhadas por natureza de despesa detalhada:

Tabela 33 – Despesas Correntes Empenhadas – Composição R\$ milhares

Despesas Correntes	31/12/2023	AV (%)
Soldo	3.437.654	12,45%
Proventos - Pessoal Militar	3.418.569	12,38%
Pensoes Militares	2.296.015	8,32%
Vantagens Incorporadas - Pensionistas	2.139.058	7,75%
Vantagens Incorporadas - Pessoal Militar	1.808.263	6,55%
Adicional De Habilitacao	1.214.810	4,40%
Servicos Em Itens Reparaveis De Aviacao	859.209	3,11%
Adicional Militar	680.299	2,46%
Combustiveis E Lubrificantes De Aviacao	625.176	2,26%
Adicional Militar	598.432	2,17%
Demais	10.533.387	38,15%
Total	27.610.871	100%

Fonte: SIAFI.

19.2 Despesas de Capital

A seguir, evidenciam-se as principais despesas de capital empenhadas por natureza de despesa detalhada:

Tabela 34 – Despesas de Capital Empenhadas – Composição

	R\$ milhares	
Despesas de Capital	31/12/2023	AV (%)
Equipamentos, Peças E Acessorios Aeronauticos	1.507.086	45,09%
Servicos Tecnicos Profissionais	523.729	15,67%
Refinanciamento Do Principal - Div.Contratual	402.600	12,05%
Obras Em Andamento	219.449	6,57%
Equipamentos, Peças E Aces.De Protecao Ao Voo	157.409	4,71%
Apar.Equip.Utens.Med.,Odont,Labor.Hospit.	59.408	1,78%
Suprimento De Aviacao	58.189	1,74%
Aeronaves	47.981	1,44%
Manutencao Evolutiva De Software	45.641	1,37%
Veiculos De Tracao Mecanica	42.840	1,28%
Demais	277.695	8,31%
Total	3.342.027	100%

Fonte: SIAFI

19.3 Execução Orçamentária de Restos a Pagar

Consoante quadros da execução dos restos a pagar que acompanham o Balanço Orçamentário, destaca-se o pagamento de 82% dos restos a pagar não processados inscritos até 31 de dezembro do exercício anterior, bem como a execução de 100% dos restos a pagar processados.

20. Resultado Financeiro do Exercício

O resultado financeiro apurado no período em análise foi cerca de R\$ 673 milhões, consoante tabela:

Tabela 35 - Resultado Financeiro	R\$ milhares		
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Receita Orçamentária	5.117.446	5.074.853	0,84%
Despesa Orçamentária	-30.952.898	-31.432.405	-1,53%
Subtotal	-25.835.453	-26.357.552	-1,98%
Transferências Financeiras recebidas	59.533.520	58.666.601	1,48%
Transferências Financeiras Concedidas	-34.955.523	-34.519.985	1,26%
Subtotal	24.577.997	24.146.615	1,79%
Recebimentos extraorçamentários	9.074.390	8.783.635	3,31%
Pagamentos extraorçamentários	-7.143.106	-6.186.093	15,47%
Subtotal	1.931.284	2.597.542	47,00%
Resultado Financeiro do Exercício	673.829	386.606	74,29%

Fonte: SIAFI.

Evidencia-se, para efeitos de comparação, que os valores apresentados em 2022 no grupo de *Receitas Orçamentárias Vinculadas*, nas linhas de *Dívida Pública e Alienação de Bens*, são apresentados, em 2023, principalmente, na linha *Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas*. Isso é devido à regra de geração dos demonstrativos no SIAFI 2023.

Destaca-se que dentre os pagamentos extraorçamentários, estão demonstrados os pagamentos de restos a pagar processados e restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Esses montantes somaram aproximadamente 3,48 bilhões, representando cerca de 49% dos pagamentos extraorçamentários.

21. Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

No COMAER, a geração líquida de caixa foi cerca de R\$ 673 milhões, o que representa um acréscimo de 74% em relação ao 4º trimestre de 2022.

	R\$ milhares			
	31/12/2023	31/12/2022	AH (R\$)	AH(%)
Atividades Operacionais	3.127.810	2.858.087	269.722	9,44%
Atividades de Investimento	-3.109.624	-3.508.509	398.885	-11,37%
Atividades de Financiamento	655.643	1.037.027	-381.384	-36,78%
Resultado Financeiro do Período	673.829	386.606	287.223	74,29%

Fonte: SIAFI

21.1 Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou uma variação positiva de 9%. Compensando-se os saldos das transferências financeiras recebidas e transferências financeiras concedidas, as quais representam operações intraorçamentárias para execução do orçamento, percebe-se aumento no resultado operacional influenciado, principalmente, pelos itens *Receita de Serviços* e *Outros Ingressos Operacionais*.

O item *Receita de Serviços* decorre principalmente da arrecadação de receitas de serviços de proteção ao voo e auxílio à navegação aérea. No grupo *Outros Ingressos Operacionais*, o item *Ingressos Extraorçamentários* se refere, basicamente, ao ingresso das tarifas de proteção ao voo, as quais são repartidas às entidades que fazem jus ao recurso, conforme legislação aplicável. Essa movimentação de repartição é apresentada no grupo *Outros Desembolsos Operacionais*, no item *Dispêndios Extraorçamentários*.

21.2 Atividades de Investimento

A geração líquida das atividades de investimento foi deficitária e é representada, majoritariamente, pelos desembolsos com *Aquisição de Ativo Não Circulante*, em cuja composição se destaca a aquisição de *equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos*.

21.3 Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento foram afetadas pelas operações de crédito externas para a aquisição e desenvolvimento de bens relacionados à defesa nacional e pela amortização da dívida externa (vide Nota Explicativa nº 9 – Empréstimos e Financiamentos).

22. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresenta a evolução das contas que compõem o patrimônio líquido do Órgão. No 4º trimestre de 2023, destacam-se as linhas de *Ajustes de Exercícios Anteriores*, *Constituição de Reserva de Reavaliação* (Nota nº 15), *Ajustes de Avaliação Patrimonial* (Nota nº 14) e *Resultado do Exercício* (Nota nº 17).

O saldo de 12.494.414.865,75 de Ajustes de Exercícios Anteriores guarda relação, principalmente, com constatações da auditoria do Tribunal de Contas da União responsável pela verificação de estimativas no Balanço Geral da União do exercício 2022 (TC 020.726/2022-8).

A auditoria financeira apontou que os passivos atuariais dos veteranos militares foram contabilizados sem considerar a proporcionalização *pro rata* de serviços preconizados no item 70 da NBC TSP 15. Quanto aos passivos atuariais de pensões, pensões especiais militares e anistiados políticos militares, o ajuste decorreu da necessidade de aperfeiçoamento do algoritmo matemático-atuarial responsável pelo cálculo.

A tabela a seguir detalha os ajustes contábeis mais significativos.

	R\$ milhares
Conta ajustada	Valor
Provisão de Benefícios a Militares Inativos - longo prazo	-14.255.384
Provisão de Pensões Militares - longo prazo	845.508
Provisão Pensões Militares - longo prazo	620.745

Fonte: SIAFI